



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DOE | DIÁRIO OFICIAL  
ELETRÔNICO**



Data de disponibilização: 16 de janeiro de 2025

Edição nº 1290

<b>LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO</b> PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA		
<b>WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA</b> Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional	<b>SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ</b> Subprocurador-Geral Judicial	<b>VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY</b> Subprocurador-Geral Recursal
<b>MAURÍCIO ANDRÉ BARROS PITTA</b> Corregedor-Geral do Ministério Público	<b>EDUARDO TAVARES MENDES</b> Ouvidor do Ministério Público	

<b>COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA</b> Lean Antônio Ferreira de Araújo <b>Presidente</b>		
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá Dennis Lima Calheiros Marcos Barros Méro Maurício André Barros Pitta Helder de Arthur Jucá Filho	Walber José Valente de Lima Vicente Felix Correia Valter José de Omena Acioly Isaac Sandes Dias Maria Marluce Caldas Bezerra Neide Maria Camelo da Silva	Lean Antônio Ferreira de Araújo Eduardo Tavares Mendes Denise Guimarães de Oliveira Sérgio Amaral Scala Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

<b>CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b> Lean Antônio Ferreira de Araújo <b>Presidente</b>		
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá Maurício André Barros Pitta	Lean Antônio Ferreira de Araújo Isaac Sandes Dias Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos	Marcos Barros Méro Maria Marluce Caldas Bezerra

## Procuradoria-Geral de Justiça

### Atos

ATO PGJ Nº 01/2025

Define regras para categorização de publicidade de procedimentos iniciados no setor de Protocolo Geral da Procuradoria Geral de Justiça de Alagoas.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições previstas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 15/1996, visando a otimização da proteção de dados pessoais, especialmente os sensíveis, máxime conforme art. 107, § 2º, da Resolução nº 281/2023 do CNMP e art. 34 do Ato PGJ/AL nº 21/2024,

Considerando a necessidade de proteção de dados pessoais e sensíveis nos processos iniciados perante o Ministério Público do Estado de Alagoas, em obediência ao disposto na Lei Federal 13.709/2018 c/c Resolução CNMP nº 281/2023 e Ato PGJ/AL nº 21/2024;

Considerando as atuais limitações tecnológicas do SAJ – Serviço de Automação Judicial para proteção de dados pessoais e sensíveis;

**RESOLVE:**

Art. 1º A partir da publicação do presente ato, o setor de Protocolo da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas somente iniciará procedimentos com nível de sigilo restrito.

Art. 2º A análise quanto à manutenção do caráter restrito dos autos deve ser avaliada pelo órgão com atribuição para o feito imediatamente ao seu recebimento.

Art. 3º Pedidos de senha de acesso aos autos serão apreciados pelo órgão perante o qual estes tramitem.

Art. 4º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 15 de janeiro de 2025.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Procurador-Geral de Justiça

### Despachos do Procurador-Geral de Justiça

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO,